

Iniciativas de Advocacy em Saúde e Educação Direitos dos Jovens e Adolescentes

RELATÓRIO FINAL

Organizadores

Programa Multisectorial de SSRAJ/HIV/SIDA, Ministério da Juventude e Desportos, Ministério da Educação, Ministério da Saúde
Projecto Ntwanano – Cooperação Brasil-Moçambique em HIV/SIDA

Apoio

Pathfinder International
UNFPA

Local

Hotel Andalucia, Maputo

Datas

11, 12 e 13 de junho de 2003

Estrutura do relatório

1. Histórico da parceria entre as instituições e da necessidade de se aprofundar a discussão sobre a questão;
2. Constituição do programa, eleição e organização da apresentação dos temas;
3. Descrição das actividades do evento,
4. Comentários avaliativos da equipe organizadora;
5. Plano de acção comentado.

1. Histórico da parceria entre as instituições e da necessidade de se aprofundar a discussão sobre a questão

Os jovens e adolescentes constituem grupo prioritário das acções de prevenção em Moçambique, conforme definido no Plano Estratégico Nacional. Além de corresponderem a uma parcela significativa da população (a pirâmide populacional em Moçambique tem uma base alargada), os índices de seroprevalência para o HIV são mais altos neste grupo etário do que em qualquer outro. Também os problemas relacionados à gravidez precoce e às DTS são factores que fazem com que os jovens e adolescentes encontrem-se em uma situação de vulnerabilidade no que se refere à epidemia do HIV e SIDA.

Em função disso, desenvolve-se uma iniciativa multisetorial entre os ministérios da Educação, da Saúde e da Juventude e Desporto que procura, através de diferentes acções, propor alternativas aos factores que colocam este grupo etário em condição vulnerável. O Projecto Geração Biz surgiu em 1999 e desenvolve actividades educativas e de prevenção às DTS/HIV/SIDA e também na área da Saúde Sexual e Reprodutiva. As acções educativas priorizam a técnica de educação por pares e buscam atingir os jovens e adolescentes no âmbito escolar e fora dele.

Este trabalho, ao mesmo tempo em que tem alcançado sucesso, tem trazido à tona uma série de temas e demandas específicas deste grupo populacional que ainda não encontram respaldo nas políticas governamentais ou mesmo nas acções das ONG, nacionais ou estrangeiras, que se dedicam a trabalhos de prevenção e educação na área de Saúde Sexual e Reprodutiva em Moçambique. Estes temas e demandas, muitas vezes polémicos e que gozavam de posição marginal dentro do conjunto das acções dos projectos de intervenção, estavam a demandar uma abordagem diferenciada.

A equipe executora do projecto, em encontros de aproximação com o Projecto Ntwanano – Cooperação Brasil-Moçambique em HIV/SIDA, passou a buscar experiências de enfrentamento de dilemas semelhantes no Brasil. A ideia original foi de que a abordagem das questões dificultadoras dos

trabalhos do Projecto Geração Biz deveriam se dar a partir de um viés de advocacia, uma vez que algumas destas questões não gozam de legitimidade social em Moçambique. Sua solução passa, portanto, pelo convencimento de diferentes actores sociais, governamentais e não-governamentais sobre a importância e a legitimidade destes pontos.

A própria mudança de visão e valoração de alguns temas relativos à Saúde Sexual e Reprodutiva e também à epidemia de HIV/SIDA entre jovens e adolescentes, mostrou-se, a partir dos debates entre as duas equipas organizadoras, um passo necessário e fundamental para que acções de enfrentamento fossem tomadas e que os assuntos relativos à SSR – HIV/SIDA crescessem em importância política e social.

Preocupadas com todas estas questões, as equipas do Projecto Geração Biz (que congrega membros dos Ministérios da Saúde, Educação e da Juventude e Desportos, e também várias ONGs) e do Projecto Ntwanano – Cooperação Brasil-Moçambique em HIV/AIDS decidiram desenvolver uma parceria de trabalho. Esta parceria se concretizou na realização deste seminário que buscou aprofundar a compreensão dos mecanismos de advocacia direccionados, em especial, aos temas de Saúde Sexual e Reprodutiva dos jovens e adolescentes. Procurou-se enfatizar estas questões a partir de uma óptica de direitos humanos, vendo aqui o acesso a programas de Saúde Sexual e Reprodutiva como um direito deste grupo populacional. Esta óptica também permitiu que a estratégia de uma campanha de advocacia para estes temas tivesse destaque especial e fosse vislumbrada como um produto final e concreto deste seminário.

Da mesma forma, o diálogo com a experiência brasileira acerca destes temas foi privilegiado. No Brasil, onde a sociedade civil tem papel preponderante na construção de respostas efectivas e integradas à epidemia de HIV e SIDA, bem como a questões de Saúde Sexual e Reprodutiva, muitas vezes passa pelo exercício de advocacia acerca dos temas em questão como uma etapa fundamental e basilar das acções de intervenção nesta área.

Combinando a preocupação com os temas em foco e o desejo de compartilhamento das experiências brasileiras nesta área, organizou-se um

pequeno projecto de trabalho entre os dois parceiros que se concretizou entre os dias 11 e 13 de junho, na cidade de Maputo, congregando 50 participantes de sectores governamentais e não-governamentais.

2. Constituição do programa, eleição e organização dos temas

A delineação do programa do seminário foi fruto de um processo de discussão conjunto entre os parceiros. Procurou-se apresentar os temas combinando exposições de carácter teórico-prático, relatos de experiências de advocacia em Moçambique e no Brasil e actividades em grupo e em plenário visando a construção de um plano de acção em advocacia nos temas de SSR/DTS/SIDA para adolescentes e jovens. As preocupações centrais eram duas: primeira, sempre apresentar os assuntos em perspectiva, privilegiando o relato das experiências moçambicana e brasileira; segunda, contemplar actividades que combinassem apresentações de cunho teórico-analítico com experiências práticas e vivências sobre os temas em análise.

O objectivo era que, através do exercício comparativo com a experiência de advocacia em outro sítio e também da visualização dos conceitos em aplicações práticas, os participantes pudessem avançar na análise e compreensão dos temas em debate. Por intermédio das apresentações e das discussões decorrentes, procurava-se também reforçar a capacidade de iniciativa e de acções de advocacia para a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes e jovens entre todos os actores sociais envolvidos com esta temática. Este objectivo consolidou-se através da estratégia de construção colectiva de um plano de acção de advocacia acerca dos temas de SSR/DTS/SIDA, bem como dos diversos trabalhos em subgrupos onde todos os participantes tiveram oportunidade de se manifestar e contribuir com seus conhecimentos e experiências.

3. Descrição das actividades do seminário

O primeiro dia de actividades teve por foco a análise prático-conceitual do tema advocacia, cotejando experiências e iniciativas do Brasil e Moçambique. No segundo dia, ocupamo-nos com o levantamento de necessidades em SSR/DTS/SIDA para adolescentes e jovens no país, já esboçando os grandes temas e acções de uma campanha de advocacia. O terceiro dia foi dedicado à discussão detalhada do plano de acção de advocacia que está apresentado no item cinco deste relatório.

A mesa de abertura do seminário contou com a participação do Ministro da Juventude e Desporto, da representante do UNFPA e representantes da Embaixada do Brasil e do Conselho Nacional da Juventude, que consideraram a extrema relevância da iniciativa para as políticas públicas de adolescentes e jovens em Moçambique.

Na primeira sessão, denominado Movimento Social e Compromisso, discutiram-se as origens do termo advocacia, a experiência mundial acumulada, análise de contexto e especificamente as questões de SSR e HIV/SIDA. A esta apresentação, seguiram-se relatos das experiências moçambicana e brasileira, mostrando a maneira pela qual a sociedade civil de cada um dos dois países apropriou-se do conceito e dos modos de sua aplicação.

A segunda sessão chamada de "Estratégias de Advocacy em Educação e Saúde" apresentou as principais estratégias e quadro conceptual para se actuar em advocacia no campo da SSR e HIV/SIDA, com demonstração de alguns casos e discussão passo a passo de como responder às iniciativas. Apresentaram-se também as experiências que os países trazem de acúmulo nas questões de SSR e HIV/SIDA para adolescentes e jovens, citando especialmente as diferentes estratégias que foram empregadas. Didacticamente construiu-se o cenário com explicitação das metas, dos objectivos estratégicos, das actividades, dos resultados, do impacto e das lições aprendidas em uma experiência modelo de advocacia.

Já no segundo dia, a sessão terceira buscou aprimorar o debate acerca do papel do governo e da sociedade civil em actividades de advocacia e de políticas públicas. Através do trabalho em subgrupos, que reuniram separadamente os representantes dos órgãos governamentais e não-governamentais, montou-se um painel dos respectivos papéis de governo e sociedade civil na proposição de acções e políticas que garantam ou promovam os direitos dos jovens e adolescentes no campo da SSR e HIV/SIDA. Cada grupo fez o seu arrazoado de ideias de maneira sistematizada, que foram apresentados em painéis seguidos de intensos debates pelo colectivo dos participantes. No mesmo dia, à tarde, ocorreu a quarta sessão onde, tendo em vista as discussões anteriores, fez-se um painel da situação de SSR entre jovens e adolescentes e discutiu-se, em plenária, os principais problemas a serem endereçados no plano de acção de advocacia. Neste momento definiram-se, colectivamente, as metas a serem atingidas. Foram definidas três metas, a saber: (i) a manutenção da rapariga na escola; (ii) o acesso facilitado aos serviços de saúde sexual e reprodutiva para jovens e adolescentes e (iii) o acesso ampliado aos preservativos para os jovens. A este painel, seguiram-se trabalhos em subgrupos que se dedicaram a traçar, detalhadamente, estratégias de um plano de acção de advocacia para atingir as metas acima referidas¹.

Este trabalho dos subgrupos ocupou também boa parte do turno da manhã do terceiro dia do evento. Finalizado este trabalho, os planos de acção para cada meta foram apresentados e exaustivamente debatidos em plenária. À medida que o colectivo concordava com as estratégias definidas para cada meta, estas eram relatadas e assim o plano de acção foi sendo montado. Ao final desta actividade, construiu-se um compromisso informal entre todos os participantes do evento, que a partir daquele momento passaram a fazer parte de uma rede que levará a cabo as acções de advocacia listadas. Isso foi reforçado com a distribuição de uma listagem contendo todos os endereços e contactos de todos os participantes que passaram a compor esta rede.

¹ O resultado do trabalho destes grupos encontra-se no Anexo 2.

Em seguida, os participantes fizeram uma breve avaliação do evento, através do preenchimento de um formulário especialmente desenhado para este fim².

Ao final, houve uma mesa de encerramento, com breves considerações sobre os três dias de trabalho, agradecimentos pela disponibilidade dos participantes e exibição das fotos do evento, seguido de um pequeno chá de confraternização.

4. Comentários avaliativos da comissão organizadora

Em reunião posterior ao evento, a comissão organizadora teceu alguns comentários avaliativos sobre o seminário. Uma conclusão geral é que o evento teve uma função pedagógica importante, ao proporcionar um momento de educação política para todos os participantes. Também foi perceptível o avanço na capacitação e habilidades de alguns integrantes que desfrutavam de limitada formação nos conteúdos relativos à advocacia.

Houve uma fraca desistência por parte dos participantes, que se empenharam em participar das actividades ao longo dos três dias. Talvez alguns participantes tivessem merecido um exercício maior de convencimento, quando do convite e também durante a realização das actividades, sobre a importância do seminário para que se dedicassem a permanecer em tempo integral no evento. A integração de pessoas e instituições que não lidam no quotidiano e directamente com os temas de Saúde Sexual e Reprodutiva de jovens e adolescentes se deu de forma muito eficiente, com explícita capitalização de novos actores que se envolveram com o tema.

As discussões, tanto em plenário quanto nos subgrupos, funcionaram de forma muito produtiva, com notável acúmulo de conceitos e de um entendimento profundo acerca dos temas em foco. Em nenhum momento houve necessidade de se simplificar o debate ou mesmo retomar questões

² Os dados desta avaliação encontram-se no Anexo 1.

que já haviam sido abordadas. A construção colectiva de um entendimento acerca dos conteúdos da advocacia e da SSR e HIV/SIDA entre jovens e adolescentes deu-se de maneira explícita, com intensa colaboração entre os participantes e os apresentadores.

O formato, que privilegiou a combinação de apresentações de cunho teórico-conceitual com outras de carácter demonstrativo, foi muito bem recebido e parece ter tido um papel pedagógico importante para o avanço das actividades. A isto se somaram os trabalhos em subgrupos que propiciaram uma integração profunda entre os participantes e também a oportunidade de expressão das experiências e conhecimentos individuais.

A construção colectiva de um plano de acção de advocacia serviu para sensibilizar várias pessoas e instituições para um envolvimento efectivo com a questão de SSR e HIV/SIDA entre adolescentes e jovens. A formação de uma rede entre as pessoas e organizações participantes foi uma novidade que teve ampla recepção e serviu para consolidar um compromisso informal entre todos os presentes com o plano de acção de advocacia.

Outros aspectos positivos referem-se à organização do evento, onde a comissão organizadora, por gozar de papéis definidos, garantiu o fluxo das actividades e mostrou-se ágil e eficiente na provisão de materiais e também na resolução dos problemas advindos da mudança de agenda e substituição de algumas actividades no programa. A sistemática de pequenos encontros ao final de cada dia, para comentários avaliativos e preparação das actividades do dia seguinte foi uma solução produtiva e eficiente.

Dois produtos importantes deste seminário são: (i) a possibilidade de replicação, em nível regional, desta actividade, que possibilitará um envolvimento ampliado com o tema, e (ii) a entrada em cena do tema “adolescente seropositivos” como um desafio e um problema que vai demandar maior atenção e inclusão nas diferentes agendas, tanto em nível nacional, quanto internacional.

5. Plano de acção de advocacia em saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes e jovens em Moçambique

ÁREAS PRIORITÁRIAS DE ADVOCACIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EM SSR/DTS/SIDA PARA ADOLESCENTES E JOVENS:

1. Manutenção da rapariga na escola:

- a. Assédio Sexual
 - i. Conhecimento da dimensão do problema – pesquisa
 - ii. Divulgar a magnitude do problema através da media
 - iii. Advogar para a aplicação de medidas:
 1. Ao nível dos sectores;
 2. Ao nível do MINED
 3. Escola, professores, pais (comunidade)
 - iv. Estimular denúncias através de mecanismos apropriados
 - v. Monitoria e avaliação
 - vi. Criação e fortalecimento dos núcleos das escolas
 - vii. Criação de um grupo de trabalho para propor o conteúdo do diploma ministerial
 - viii. Introduzir conteúdos sobre o assedio nas formações dos activistas
 - ix. Incluir a questão da manutenção da rapariga na pesquisa
- b. Permanência da rapariga grávida na escola
 - i. Necessidade de regulamentar, legislar, através de um Decreto Ministerial
 - ii. Criação de um grupo de trabalho

2. Acesso dos jovens ao preservativo

LEVAR O PRESERVATIVO ONDE O JOVEM ESTÁ – nova forma de escrever o tema 2

- Nas escolas
 - Nas associações juvenis
-
- a. Pesquisar (auscultar) a opinião sobre o uso dos preservativos pelos jovens

 - b. Acções educativas para a necessidade do uso do preservativo pelos jovens
 - i. Materiais
 - ii. Debates
 - iii. Educação de pares (adultos jovens)
 - iv. Conselhos de pais como ponto de entrada para a comunidade
 - v. Envolvimento das lideranças comunitárias
 - vi. Envolvimento dos media nas campanhas de educação

3. Acesso facilitado aos serviços de saúde de SSR DTS SIDA

- Serviços amigos
 - Testes HIV
 - Frequência dos rapazes
 - Aceitação dos pais
-
- a. Campanha de divulgação dos SAAJ
 - b. Multiplicar os SAAJ
 - c. Incluir nos SAAJ a testagem voluntária
 - d. Divulgar a utilidade dos serviços aos homens (rapazes)

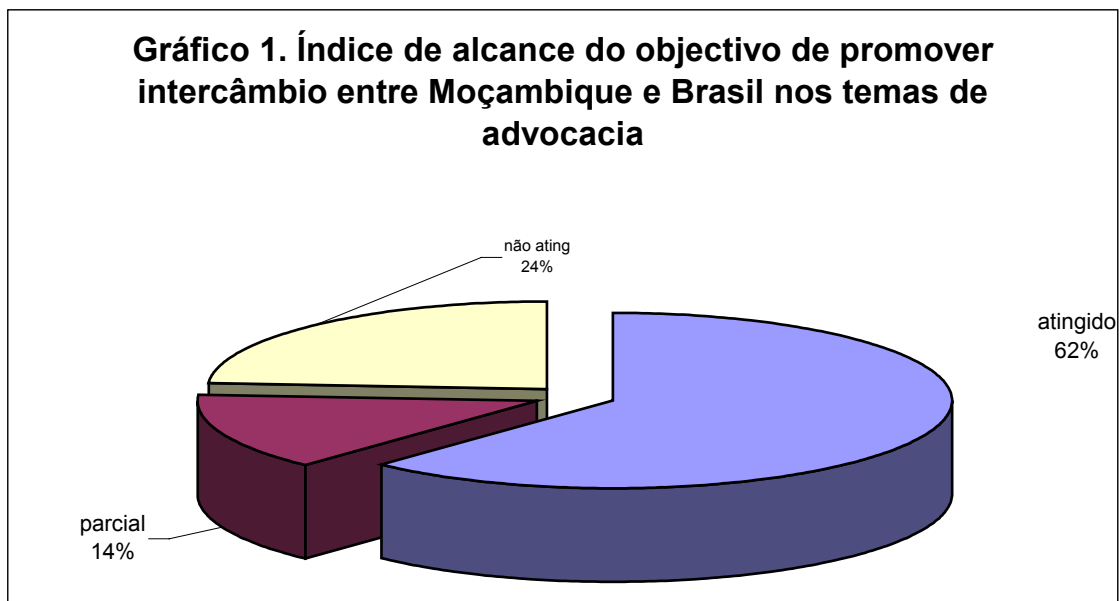
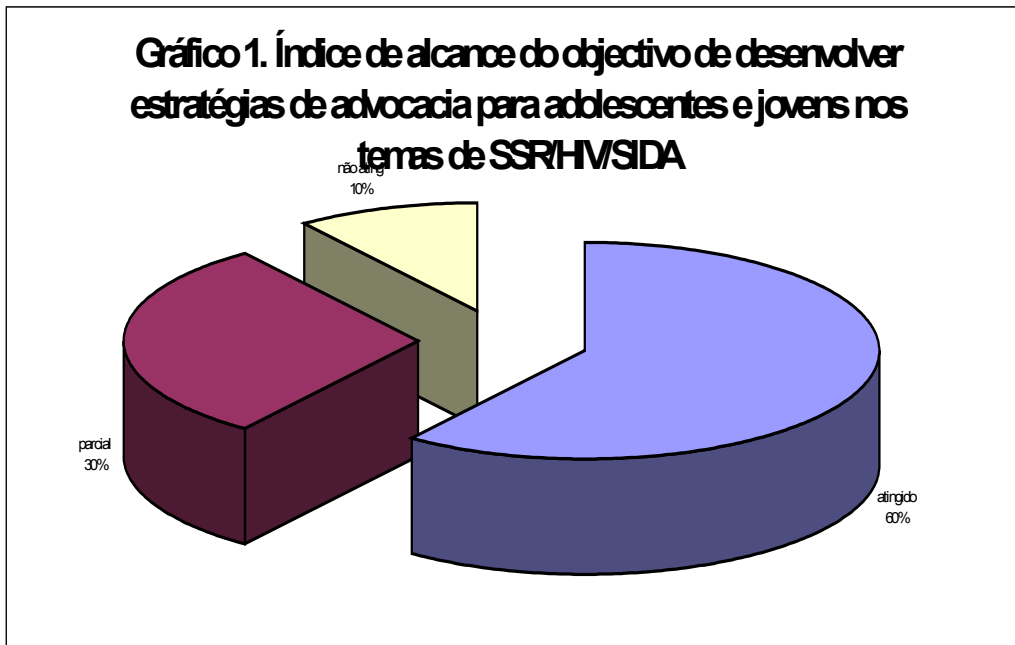
- e. Criação de SAAJ alternativos com outros serviços complementares para aumentar o acesso dos rapazes ao serviço
- f. Educação massiva sobre os SAAJ (visitas aos serviços)
- g. Materiais BCC
- h. Advogar para a criação de centros multiusos para os jovens
- i. Advogar para o tratamento gratuito das DTS
- j. Acesso gratuito dos ARV e acompanhamento psicossocial
- k. Formação dos provedores com conteúdos sobre testagem e seguimento dos utentes
- l. Divulgação dos Direitos Humanos dos Jovens com ênfase nos Direitos Reprodutivos

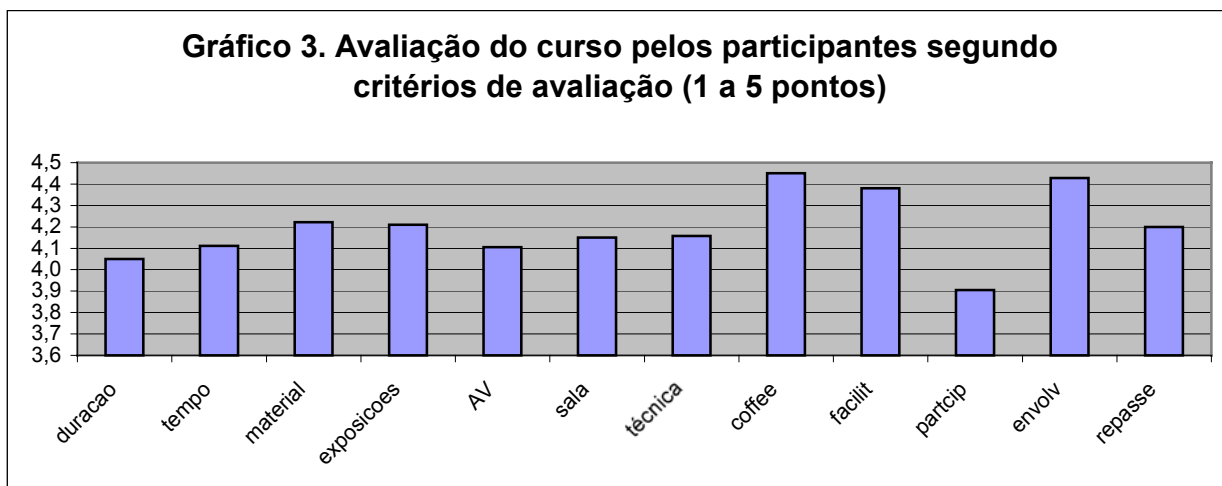
4. Media

Essa área não foi consensual uma vez que parte do grupo achava que o trabalho com os medias deve fazer parte de uma estratégia de advocacia e outra parte do grupo achava que deveria ser uma área especifica de acção em advocacia. Considerando o limitado tempo para o debate esta não foi trabalhada por nenhum dos grupos de forma isolada e sim foi transversal às agendas definidas.

ANEXO 1

Resultados de avaliação dos participantes:





Sugestões de implementação do plano elaborado:

- Fazer chegar a todos o relatório e recomendações
- Cada um dos participantes, na sua área, deve fazer os esforços de divulgar os resultados do seminário
- Divulgar massivamente o Plano nas instituições representadas no seminário
- Seguimento urgente e monitorado das conclusões do seminário
- Constituir um grupo de trabalho para estabelecer passos de implementação das actividades identificadas
- Manutenção dos grupos nos prazos passados
- Manter contacto e comunicação constante e de pressão começada por este grupo
- Marcar uma agenda e cumpri-la
- Definição clara de responsabilidades
- Levar esta campanha adiante para que a campanha seja um sucesso
- Disponibilidade de recursos humanos tais como nas férias de trabalho e recursos financeiros isto para facilitar a divulgação da advocacia
- Tratando de um assunto que toca assuntos de interesse nacional, no próximo evento deveriam ser convidados personalidades e grupos directamente ligados com o SIDA

- Capacitar o movimento associativo juvenil através do CNJ
- Fortalecer a aliança entre o MJD, MINED e MISAU
- Marcar as datas dos encontros com base numa consulta prévia
- Reforçar a aproximação e intercâmbio entre ONGs que trabalham na área de advocacia
- Desenvolver espaços de envolver mais organizações que trabalham no assunto
- Criar um gabinete central de campanha
- Para que isso se efective, é preciso mais debates, mais estudos acerca de um determinado assunto, pois assim conferiria maior consistência e segurança na implementação destes assuntos
- Não deixar que tudo o que neste seminário tenha sido discutido não seja real e que o governo faça sentir esse desejo
- Que promovam advocacia nas comunidades e nas escolas e nos distritos
- Os jovens que participaram devem ser apoiados para fazer um trabalho com apoio dos mais velhos
- Que procurassem definir o que é isso de advocacia no seio dos jovens, isto é, clarificar muito bem esta questão de advocacia, o que ela é, o que ela poderá mudar nas nossas vidas. Até que ponto nos ajuda a resolver nossos problemas.

Outros Comentários:

- Como primeira experiência valeu a pena mas insisto que devemos fazer advocacia com seriedade mas ir estudando mecanismos cada vez mais a ocupar os jovens
- Foi bastante útil a experiência colhida dos brasileiros
- Outros seminários desta natureza e qualidade sejam organizados
- Foi boa oportunidade para reflectir profundamente sobre a problemática da SSRAJ

| Categoria | Aspectos Positivos | Aspectos Negativos |
|-----------------------------------|--|---|
| Participação | Participantes brasileiros 5 Empenho/participação dos participantes 4 Participação dos jovens 3 Escolha dos participantes (jovens e adultos) Participação heterogénea | Não manutenção/saídas de alguns participantes 2 Fracá participação de técnicos de nível central e provincial dos ministérios Ausência de um representante do Programa de Sida do nível nacional Ausência de líderes comunitários |
| Condução do Seminário | Apresentação dos debatedores 4 Debate aberto e franco 4 Metodologia participativa 3 Condução dos debates Organização do Seminário Respeito pelas ideias dos outros Frontalidade na abordagem dos temas Linguagem acessível a todos os níveis | Atrasos no seminário 3 Gastos de tempo nalguns tópicos Divergência dos facilitadores Tempo reduzido Algumas apresentações demasiadas longas Condução dos debates muito directivas Pouco espaço para contactos e conversas informais |
| Conteúdo | Clarificação dos conceitos de advocacia 3 Troca/ Experiências brasileiras 4 Seleccção de temas prioritários a advocar Relevância dos temas abordados Direitos da Rapariga | |
| Infra-estrutura e material | Materiais disponíveis 2 | Condições da sala Falta de material de comunicação (microfone) Os alojamentos devem ser organizados no local |
| Resultados | Acesso à educação para todos os jovens 2 Desenvolvimento do País e da Sociedade Civil Seriedade e vontade de dar continuidade às recomendações Pressionar o Governo para divulgar as leis Acesso ao conhecimento Ter conseguido uma agenda de advocacia | |

ANEXO 2

Apresentação dos trabalhos de grupo

- Manutenção da rapariga na escola:

Grupo 1 (jovens)

Acções imediatas:

1. Apresentar ao CNJ uma proposta de projecto ao CNJ para coordenar a acções ao nível das escolas
2. Criar grupo de trabalho
3. Criação do Núcleo central junto ao CNJ para coordenar acções ao nível das escolas
4. Criação e fortalecimento dos núcleos ao nível das escolas
5. Pesquisa sobre os problemas que afectam a rapariga na escola
6. Sistematização dos dados e resultados
7. Divulgação dos resultados das pesquisas
8. Acções de advocacia junto ao MINED sobre manutenção da rapariga da escola, Diploma ministerial
9. Monitoria e avaliação
10. Denúncias das irregularidades

GRUPO 2

Assédio sexual:

- Criação de linha gratuita de telefone para denúncias anónimas e colectas de dados sobre o assédio sexual
- Utilizar a media como meio de divulgação do assedio sexual
- Estimular os inspectores da educação para a problemática do assédio sexual
- Inquérito sobre a dimensão dos problemas
- Informar na assembleia dos pais sobre os direitos dos seus filhos para estimular a denúncia

- Acesso dos jovens ao preservativo

- Pesquisa de opinião sobre o uso do preservativo pelo jovem, sobre facilitar o acesso (MINED, Líderes religiosos, comunitários, juvenis, pais e alunos)

- É necessário trabalhar com os adultos e depois com os jovens
- Levantamento de dados sobre os principais opositores
- Trabalhar como Conselho da escola e a Assembleia dos Pais
- Necessidade de pesquisar com que grau de escolaridade trabalhar
- Fazer parcerias com associações juvenis
- O preservativo disponível na escola beneficia toda a comunidade
- Campanha ao nível dos media em línguas locais (rádios comunitárias e a nacional)
- Comunicação participativa com destaque para os próprios beneficiários
- Consenso na intervenção ao nível das várias organizações com enfoque na SSR/HIV/SDIA

PROPOSTA:

- Distribuição do preservativo onde o jovem está!

· **Acesso aos serviços de SSR/DTS/HIV/SIDA por jovens**

Grupo 1

O que temos?

- GATV: Porta de entrada para fazer advocacia e política sobre os direitos dos adolescentes

O que falta?

- Política de SSRJA – aprovação
- Política da juventude – aprovação
- Maior fiscalização das leis existentes e biossegurança

Alianças fortes

- Imprensa
- ONGs
- Fórum Mulher
- CNJ
- Associações Juvenis
- Fórum de jovens
- Líderes comunitários e religiosos
- Pais e encarregados de educação
- Professores

Rede

- Entre jovens
- Entre ONGs

- Entre escolas

O que podemos fazer

1. Divulgar e aproveitar os estudos CAPs para fazer políticas relativamente à gravidez e SSR
2. Advocacia a sociedade civil sobre violações (denunciando)
3. Advocacia no sentido de introduzir questões de adolescentes HIV+ no TARV; HD
4. Incluir a questão do HIV+ nas formações
5. Incluir na Política Nacional da Juventude em revisão as questões das políticas sociais e económicas
6. Mais acções multisectoriais e responsabilização da sociedade civil nas questões comportamentais (álcool, drogas, tatuagem)

Grupo 2

SAAJ:

- Divulgação do conceito dos "serviços": o que faz, onde estão localizados...
- Divulgação junto aos:
 - a. Jovens das escolas
 - b. Jovens na comunidade
 - c. Comunidade de pais (encarregados)
 - d. Professores
 - e. Instituições do Estado, ONGs
 - f. Outros – sector informal, sindicatos, etc

Usando:

- Rádios
- Publicidade "outdoor"
- Televisões
- Imprensa inscrita
- Jornais do povo
- Cartazes em línguas locais
- Eventos desportivos e culturais

NB: Acções permanentes e multisectoriais e conectados

- Campanhas de divulgação na inauguração dos SAAJs
- Estratégias de comunicação para altura da inauguração dos SAAJs

NB: Assumir os SAAJs como "moda" . ex: músicos, pintores, escritores, etc.

- Divulgação massiva dos Direitos Reprodutivos dos Adolescentes:
 - Ministérios
 - Parlamento
 - Municípios e Distritos
 - Líderes comunitários

- Líderes religiosos
 - ZIP's
 - Escolas (15' nas reuniões de turma)
 - Sindicatos
 - Sector informal
 - Unidades sanitárias
 - Associações de Jovens e outros
- Durante as formações promover visitas aos SAAJs e aos GATVs
 - Programar visitas dos alunos aos SAAJs e GATVs

TESTAGEM:

- Advocacia de pressão ao nível do PGB, CNCS, MISAU (PNC DTS/HIV/SIDA) e outros parceiros para abertura de GATVs nos SAAJs
- Acesso dos jovens aos serviços complementares pós-testagem (HD, TARV)
- Advogar a gratuidade para os tratamentos de DTS's e TARV's
- Incluir nas formações informação sobre seropositividade, estigmatização, serviços integrados, etc.

FREQUÊNCIA DOS RAPAZES:

- Advogar de modo a colocar mais provedores do sexo masculino (para dar a oportunidade de escolha)
- Divulgação sobre orientação de SSR para todos (meninas e rapazes)
- Advogar no sentido de cumprir com o modelo tipo de SAAJs
- SAAJs fora das unidades sanitárias
- Actividades atractivas para rapazes (jogos, netcafés)

ACEITAÇÃO DOS PAIS:

- Advogar junto aos Conselhos da Escola
- Advocacia junto aos sindicatos
- Advocacia junto às Associações
- Advocacia junto às confissões religiosas
- Advocacia junto às Associações de mulheres
- Advocacia junto às Associações do Sector
- Advocacia junto ao informal

COMO FAZER:

- Seminários de 1 dia
- Visitas aos SAAJs
- Uso dos media

MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO:

- Produção de panfletos, brochuras e outros materiais impressos de divulgação dos SAAJs com fotos, bocalização, horários de atendimento
- Produção de vídeos institucionais com imagens ilustrativas das actividades dos SAAJs